

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.582.405 - SP (2019/0272507-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : INSTITUICAO SOLER DE ENSINO LTDA  
**ADVOGADO** : CARLOS ALBERTO EXPEDITO DE BRITTO NETO -  
SP093487  
**AGRAVADO** : J. MALUCELLI CONSTRUTORA DE OBRAS S/A  
**ADVOGADO** : JOSÉ MELQUIADES DA ROCHA JUNIOR - PR018790

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL (CPC/2015). AGRAVO DE INSTRUMENTO. NOVA PERÍCIA. REEXAME. MATÉRIA FÁTICA SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por INSTITUICAO SOLER DE ENSINO LTDA contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 192):

*Agravo de Instrumento. Carta Precatória. Expropriação de Bens, decorrente de Execução de Título Extrajudicial. Avaliação de bem imóvel. Homologação de laudo pericial. Pedido de nova perícia, com base no parecer particular divergente, que não rebateu o laudo pericial. Requisitos do art. 873, CPC, ausentes. Decisão mantida. Recurso não provido.*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 215-219).

Nas razões de seu recurso especial, a parte recorrente sustenta vulneração aos arts. 371 e 873, I e II, do Código de Processo Civil, porque, apesar dos laudos juntados demonstrarem valor superior do imóvel, discrepante daquele obtido no laudo do perito judicial, o Tribunal Estadual

manteve a decisão que indeferiu seu pedido de nova perícia, diante da ausência de prova de que tenha havido qualquer erro, naquela realizada pelo perito nomeado. Afirma que, no caso, houve má-avaliação da prova.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 276-283).

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ, fls. 284-286), o que ensejou a interposição do presente agravo.

Foram impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o relatório. Passo a decidir.

A irresignação não merece prosperar.

Com efeito, o Tribunal afastou a necessidade de nova perícia, por entender não comprovado qualquer dúvida quanto à qualidade do serviço prestado pelo perito judicial. Eis o voto (e-STJ fl. 195):

*Ressalta-se que não há, no caso em apreço, evidência que o 'expert' tenha realizado uma avaliação discrepante da realidade imobiliária.*

*Induidoso, portanto, que a avaliação realizada pelo Perito judicial restou suficiente para apurar o valor de mercado do imóvel penhorado, inexistindo motivo apto a justificar a realização de nova diligência.*

*Não há nos autos, portanto, qualquer elemento que justifique o deferimento de uma nova avaliação, não havendo prova de que tenha havido qualquer erro, naquela realizada pelo perito nomeado.*

Nesse quadro, elidir as conclusões do aresto impugnado quanto à suposta violação aos arts. 371 e 873, I e II, do CPC, em que pese a discordância da parte, demandaria, com certeza, o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 7/STJ.

Confirmam-se:

**AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.  
EXCESSO NA EXECUÇÃO. PERÍCIA REALIZADA. PLEITO  
DE NOVA PERÍCIA. SUFICIÊNCIA DAS PROVAS. SÚMULA**

**7 DO STJ. DISSÍDIO SEM COTEJO. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

1. Numa interpretação literal do art. 524, § 2º do CPC, constata-se que a perícia prevista no referido dispositivo não é de realização obrigatória, devendo o magistrado verificar a sua pertinência e necessidade no caso em concreto.

2. A jurisprudência dominante do STJ entende que rever os fundamentos que ensejaram o entendimento acerca da suficiência de provas ou mesmo da necessidade de determinação de nova perícia exigiria reapreciação do conjunto probatório, o que é vedado em recurso especial, haja vista a incidência do enunciado da Súmula 7/STJ.

3. A falta de cotejo analítico impede o acolhimento do apelo, pois não foram demonstradas em quais circunstâncias o caso confrontado e o aresto paradigma aplicaram diversamente o direito, sobre a mesma situação fática.

4. Agravo interno não provido.

**(AgInt no AREsp 1548314/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 03/03/2020)**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. PRODUÇÃO DE PROVA PERÍCIA. DESNECESSIDADE. INVERSÃO. SÚMULA 7 DO STJ.**

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista (Enunciado Administrativo n. 3).

2. Compete ao magistrado, como destinatário final da prova, avaliar a pertinência das diligências que as partes pretendem realizar, segundo as normas processuais, podendo afastar o pedido de produção de provas, se estas forem inúteis ou meramente protelatórias, ou, ainda, se já tiver ele firmado sua convicção, a teor dos arts. 370 e 371 do CPC/2015 (arts. 130 e 131 do CPC/1973).

3. Hipótese em que o Tribunal de origem, soberano na análise da circunstância fática da causa, concluiu pela inexistência de cerceamento de defesa e pela desnecessidade de produção de provas, por considerar suficientes as já existentes nos autos, cuja revisão é inviável no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

**(AgInt no AREsp 1471062/SP, Rel. Ministro GURGEL DE**

**FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/12/2019, DJe 12/12/2019)**

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). EXECUÇÃO. AVALIAÇÃO DO BEM FEITA POR OFICIAL DE JUSTIÇA. FÉ PÚBLICA. INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PRESSUPOSTOS PARA ELABORAÇÃO DE NOVO LAUDO. REVISÃO. MATÉRIA FÁTICA E PROBATÓRIA. SÚMULA 7 DO STJ.**

**1. A inversão do que foi decidido pelo Tribunal de origem no tocante à desnecessidade de nova avaliação do imóvel objeto da execução, ante a ausência de efetiva demonstração de razões fundadas, demandaria necessariamente o reexame do acervo fático-probatório contido nos autos, providência que desafia a Súmula 7 do STJ.**

**2. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.**

**(AgInt no AREsp 996.254/GO, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/04/2017, DJe 12/05/2017)**

Ressalto que tal óbice aplica-se tanto para a interposição do recurso com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, quanto para a interposição com base em divergência jurisprudencial.

Destarte, inviável a pretensão da recorrente.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

**Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**